



BALANÇO DE NOTÍCIAS

CAOPIJ

Centro de Apoio Operacional
da Infância e da Juventude

85 3472-1260

www.mpce.mp.br

**ANO VI - INFORMATIVO Nº 09/2021 – FORTALEZA, 30 DE SETEMBRO DE 2021
ATUAÇÃO DO MPCE**

Prioridade Absoluta: MPCE participa do Seminário de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes

02 de setembro de 2021

O Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude (CAOPIJ) do Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), representado pelo coordenador Flávio Corte Pinheiro de Sousa, participou da mesa de abertura do Seminário de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes, realizado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará e pela Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos.... [Leia Mais](#)

MPCE propõe iniciativas para fortalecer rede de proteção a crianças e adolescentes em Baturité

03 de setembro de 2021

Na manhã desta sexta-feira (03/09), o Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), por iniciativa da 3ª Promotoria de Justiça de Baturité, promoveu uma reunião on-line com os atores do sistema de Justiça e da rede de proteção da infância e juventude. O encontro contou com a participação de mais de 55 pessoas e teve o objetivo de fortalecer e integrar a rede, visando ao funcionamento de modo articulado e integrado a fim de proteger integralmente crianças e adolescentes do município... [Leia Mais](#)

MPCE debate propostas de institucionalização e metodologias da Escola de Conselhos do Ceará

06 de setembro de 2021

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) participou de reunião do Conselho Gestor da Escola de Conselhos do Ceará na última segunda-feira (30/08). Na ocasião, o MPCE esteve representado pelos promotores de Justiça Flávio Côrte e Dairton Costa, respectivamente, coordenador e coordenador auxiliar do Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude (Caopij)... [Leia Mais](#)

Adoção: MPCE cumpre acolhimento seguro e legal de criança em Solonópole

13 de setembro de 2021

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), por meio da Promotoria de Justiça da Comarca de Solonópole, regularizou a adoção de uma criança que seria dada a uma família através da chamada "adoção à brasileira". Após o cumprimento do mandado judicial de busca e acolhimento, no dia 07 de setembro, a criança será entregue em Antecipação de Tutela Adotiva ao primeiro da fila do Sistema Nacional de Adoção (SNA)... [Leia Mais](#)

MPCE se reúne com coordenador do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência para discutir alto número de homicídios não esclarecidos no Estado

13 de setembro de 2021

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), por meio da 69ª Promotoria de Justiça de Fortaleza – com atuação no Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, realizou, na última sexta-feira (10/09), uma audiência extrajudicial com o coordenador do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência da Assembleia Legislativa do Estado, deputado estadual Renato Roseno.... [Leia Mais](#)

MPCE participa de reunião para discutir projeto de regionalização do serviço de Família Acolhedora no Estado do Ceará

16 de setembro de 2021

O Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude (CAOPIJ) do Ministério Público do Ceará (MPCE) participou, no último dia 9 de setembro, de uma reunião para tratar do Projeto de Regionalização do serviço de Família Acolhedora no Estado do Ceará. O encontro virtual contou com representantes do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-CE), do Colegiado Nacional de Gestores



BALANÇO DE NOTÍCIAS

CAOPIJ

Centro de Apoio Operacional
da Infância e da Juventude

85 3472-1260

www.mpce.mp.br

ANO VI - INFORMATIVO Nº 09/2021 – FORTALEZA, 30 DE SETEMBRO DE 2021

Municipais de Assistência Social (COEGEMAS-CE) e da Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS). [Leia Mais](#)

MPCE recomenda que Município de Iguatu melhore estrutura física e funcional do Conselho Tutelar

16 de setembro de 2021

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), por meio da 3ª Promotoria de Justiça de Iguatu, recomendou, em 14 de setembro, a adoção de uma série de medidas para estruturar o Conselho Tutelar de Iguatu, que se encontra em condições físicas e funcionais precárias.... [Leia Mais](#)

MPCE lança Setembro Amarelo com evento sobre redes sociais e prevenção ao suicídio de crianças e adolescentes

22 de setembro de 2021

O ambiente virtual cresceu com a pandemia, por necessidade e para suprir distanciamentos físicos, mas se tornou um ambiente de risco para a saúde mental, especialmente para crianças e adolescentes. O tema foi discutido nesta quinta-feira (17/09), durante o evento “Real e Virtual: redes sociais e prevenção do suicídio na infância e na juventude”, promovido pelo Programa Vidas Preservadas, do Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE)... [Leia Mais](#)

Iguatu: MPCE recomenda que Prefeitura melhore estrutura do Centro de Escuta Especializada do Município

22 de setembro de 2021

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), por meio da 3ª Promotoria de Justiça de Iguatu, recomendou à Prefeitura do Município que adote as medidas necessários para melhorar a estrutura física e funcional do Centro de Escuta Especializada para crianças e adolescentes da cidade... [Leia Mais](#)

MPCE promove palestra sobre adoção de crianças com síndrome alcoólica fetal

28 de setembro de 2021

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) promove no dia 29 de setembro, às 9h, uma palestra com o tema “Adoção de crianças com síndrome alcoólica fetal”. O evento, que será transmitido pelo canal do MPCE no Youtube, é aberto ao público e visa tratar da temática trazendo uma visão jurídica e científica dos processos de adoção.... [Leia Mais](#)

ATUAÇÃO DE OUTROS MINISTÉRIOS PÚBLICOS

MPBA – Curso no MP promove debate sobre estratégias para combater o trabalho infantil artístico no ambiente digital

13 de setembro de 2021

A exposição excessiva da imagem de crianças e adolescentes com intuítos mercadológicos foi o foco do debate que aconteceu hoje, dia 13, no Ministério Público estadual, durante o segundo módulo do Curso de Capacitação na Defesa de Crianças e Adolescentes no Ambiente Digital... [Leia mais.](#)

CNMP – Resolução do CNMP retoma o envio dos relatórios de inspeção relativos às medidas socioeducativas e entidades de acolhimento

21 de setembro de 2021

Foi publicada nesta terça-feira, 21 de setembro, no Diário Eletrônico do CNMP, a Resolução CNMP nº 239/2021. A norma estabelece a retomada da obrigatoriedade de os membros do Ministério Público enviarem os relatórios das inspeções realizadas nas unidades para cumprimento das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, entidades de acolhimento... [Leia mais.](#)



BALANÇO DE NOTÍCIAS

CAOPIJ

Centro de Apoio Operacional
da Infância e da Juventude

85 3472-1260

www.mpce.mp.br

ANO VI - INFORMATIVO N° 09/2021 – FORTALEZA, 30 DE SETEMBRO DE 2021

MPRJ – MPRJ apresenta dados do 27º Censo da População Infantojuvenil Acolhida no Estado do Rio de Janeiro, no contexto da pandemia

21 de setembro de 2021

O Censo é realizado a cada seis meses e traz informações relevantes sobre crianças e adolescentes em acolhimento familiar e institucional no Estado do Rio de Janeiro. Nesta edição, que teve dados coletados do sistema Módulo Criança e Adolescente (MCA) em 30 de junho de 2021, também será apresentado um estudo específico relacionado aos efeitos provocados pela pandemia... [Leia mais.](#)

MPDFT – MPDFT institucionaliza projeto voltado ao acolhimento de crianças e adolescentes

21 de setembro de 2021

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) oficializou nesta segunda-feira, 20 de setembro, o Projeto Ninho, iniciativa que tem o objetivo de contribuir para o aprimoramento dos serviços de acolhimento familiar, mapear e monitorar as políticas públicas de enfrentamento à violência de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social no Distrito Federal... [Leia mais.](#)

MPPB – Socioeducação: parceria do MP, órgãos e empresas garante profissionalização de adolescentes

22 de setembro de 2021

A cooperação entre o Ministério Público da Paraíba (MPPB) e outras instituições com empresas do comércio de bens do Estado está garantindo profissionalização para adolescentes que cumprem medidas de internação no Sistema Socioeducativo do Estado da Paraíba propiciando oportunidades de inclusão social e mudança de vida... [Leia mais.](#)

OUTRAS NOTÍCIAS

CNJ – Acolhimento familiar na infância e adolescência favorece desenvolvimento humano, diz pesquisador

02 de setembro de 2021

Ter ao seu redor um ambiente acolhedor nos primeiros anos de vida, com proteção, afeto, cuidado e estímulo, favorece o desenvolvimento da criança, mas também melhora a saúde emocional do adulto em formação. A afirmação foi feita na quarta-feira (1º/9) pelo professor da Universidade de Sevilha Jesús Palacios... [Leia mais.](#)

STJ – Uso de nome afetivo antes da conclusão da adoção requer prova científica de benefícios para a criança

03 de setembro de 2021

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por maioria, acolheu recurso do Ministério Público de Minas Gerais para restabelecer decisão que não admitiu a utilização do nome afetivo pleiteada pelos adotantes antes da sentença de mérito na ação de adoção... [Leia mais.](#)

MIGALHAS – A atuação das equipes interprofissionais no Judiciário: A proteção à infância e adolescência em foco

14 de setembro de 2021

O Estatuto da Criança e do Adolescente data de 1990 e desde a sua promulgação foram lançados inúmeros desafios para todos os órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos (SGD), em virtude da



BALANÇO DE NOTÍCIAS

CAOPIJ

Centro de Apoio Operacional
da Infância e da Juventude

85 3472-1260

www.mpce.mp.br

ANO VI - INFORMATIVO N° 09/2021 – FORTALEZA, 30 DE SETEMBRO DE 2021

necessidade de adequação de suas estruturas e do quadro de profissionais que deveriam integrar cada serviço/setor, para alcance da proteção integral, como preconiza a legislação desde então.... [Leia mais.](#)

STJ – Crianças, abrigos e famílias: como o STJ enxerga o acolhimento institucional

19 de setembro de 2021

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 1º, preconiza a doutrina da proteção integral e impõe a observância do melhor interesse do menor. Esse princípio, que orienta tanto o legislador quanto o aplicador da lei, estabelece a primazia das necessidades infanto-juvenis como critério de interpretação da norma jurídica, ou mesmo como forma de elaboração de políticas e solução de futuras demandas... [Leia mais.](#)

MIGALHAS – Um ano de vigência da LGPD: O que crianças e adolescentes têm a ver com isso?

24 de setembro de 2021

Nesse sentido, se a circulação de dados pessoais de adultos preocupa, ainda mais apreensão deve-se ter quanto ao mesmo fenômeno em relação a crianças e adolescentes. Em estudo de 2017 realizado pela UNICEF, as crianças e adolescentes já representavam um terço dos usuários da internet... [Leia mais.](#)

CURSOS E EVENTOS

Introdução às violências contra crianças e adolescentes: conceitos básicos e estratégias de enfrentamento

Inscrições: 22 de junho de 2021 à 31 de dezembro de 2025

Modalidade: a Distância

Carga horária: 12h

Público-alvo: Membros e servidores do MPSP, integrantes do sistema de justiça e de segurança e integrantes do sistema de garantia de direitos: profissionais da saúde, assistência social, educação, conselhos de direitos e tutelares.

Programação: <http://www.mpsp.mp.br/portal/pls/portal/docs/1/2685175.PDF>

Link para informações: <https://esmp.overseebrasil.com.br/preinsc/?i=718>

Premiação Prioridade Absoluta – 1ª Edição

Realização: CNJ

Data: 1º de outubro de 2021, 10h

Público-alvo: Premiados, membros e servidores do Poder Judiciário, sociedade civil

Programação: www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/09/premio-prioridade-absoluta-programacao-v002.pdf

Link videoconferência: www.youtube.com/user/cnj/featured

JURISPRUDÊNCIA

STJ - AgRg no HC: 663307 DF 2021/0129916-0 - AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. AGRAVO IMPROVIDO. 1. A prova se destina ao magistrado, que pode indeferir-la, fundamentadamente, quando entender que é irrelevante, impertinente ou protelatória, nos termos do que dispõe o art. 400, § 1º, do Código de Processo Penal. **2. A conclusão das instâncias de origem, de substituição do depoimento especial da criança pela elaboração de prova pericial por Equipe Interprofissional do TJGO, está devidamente motivada, de modo que "não ensejará prejuízo à preservação da vítima, além de minimizar os danos decorrentes da**



BALANÇO DE NOTÍCIAS

CAOPIJ

Centro de Apoio Operacional
da Infância e da Juventude

85 3472-1260

www.mpce.mp.br

ANO VI - INFORMATIVO N° 09/2021 – FORTALEZA, 30 DE SETEMBRO DE 2021

inquirição sobre os fatos". 3. Não se acolhe alegação de nulidade por cerceamento de defesa, em função do indeferimento de diligências requeridas pela defesa, pois o magistrado, que é o destinatário final da prova, pode, de maneira fundamentada, indeferir a realização daquelas que considerar protelatórias ou desnecessárias ou impertinentes (REsp. 1.519.662/DF, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, DJe 1/9/2015). 4. Agravo regimental improvido.

(STJ - AgRg no HC: 663307 DF 2021/0129916-0, Relator: Ministro OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), Data de Julgamento: 24/08/2021, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 31/08/2021)